

Considerações finais

Roberto Gomes Camacho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CAMACHO, RG. Considerações finais. In: PEZATTI, EG., orgs. *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 341-346. ISBN 978-85-6833-480-5. Available from: doi: [10.7476/9788568334805](https://doi.org/10.7476/9788568334805). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/zpbsx/epub/pezatti-9788568334805.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Roberto Gomes Camacho

Coube-me a grata tarefa de fechar este volume, e se digo grata é porque, no balanço que fiz, o saldo que restou das relações de perdas e ganhos é, na minha opinião, altamente positivo. Vou tentar demonstrar brevemente por que penso assim.

Mas talvez valesse a pena, logo de início, recordar que este volume resulta do desenvolvimento de um projeto de pesquisa, como já mencionado na apresentação. Apesar disso, os capítulos que o compõem, propositalmente, digamos assim, não acentuam os procedimentos formais do arcabouço teórico no qual se assentam as descrições, a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Despojar as descrições de seu suporte tecnicamente formal, um dos ganhos a expandir o saldo positivo, teve o objetivo claro de facilitar a compreensão do leitor para o que está realmente em foco no volume, o que não implicou, a meu ver, em perda de complexidade descritiva. Até pelo contrário.

Tratou-se aqui de fornecer um tratamento novo para a subordinação, que, como tal, evita simplesmente repetir o *déjà vu*, reitereando descrições já realizadas na tradição gramatical, com as quais, todavia, os textos que o compõem dialogam constantemente. Uma contribuição significativa desse modelo e, pode-se afirmar sem risco

de incorrer em equívoco, um de seus traços mais relevantes, está na própria organização do presente volume, no qual toda a Parte I está voltada à subordinação na oração e toda a Parte II, à subordinação no sintagma.

O tratamento desses dois níveis de atuação envolveu as três relações de subordinação, a completiva, a relativa e a adverbial, mas sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, o que logo se vê na ausência de uma descrição das orações que estabelecem relações temporais e condicionais. Uma perda? Nem tanto, já que a parcialidade do tratamento não impede que o leitor tenha uma visão global das relações funcionais, aqui entendidas como pragmáticas e semânticas, e das relações estruturais, aqui entendidas como a codificação morfossintática e a fonológica.

O emprego do instrumental teórico da GDF teve como principal consequência metodológica assumir uma organização descendente da gramática, que se inicia, na formulação, pelo postulado de que a unidade básica é o ato discursivo, entrada do nível interpessoal. Assumir uma organização descendente implica dar prioridade teórico-metodológica às propriedades pragmáticas e semânticas como motivações da codificação morfossintática e fonológica, apanágio da maioria das descrições aqui apresentadas. Dar prioridade, no entanto, não significa apenas pensar as relações de dependência em termos de determinações diretas, como se todas as propriedades formais emanassem inflexivelmente dos níveis mais altos da gramática. Significa também reconhecer que algumas determinações se esgotam na própria codificação, situação em que os níveis morfossintático e fonológico dispõem de suas próprias determinações, de suas próprias relações de alinhamento, independentemente das relações, categorias e funções próprias dos níveis interpessoal e representacional.

E se há predominância maciça do suporte teórico fornecido pela arquitetura complexa da GDF, os textos que compõem esta coletânea procuraram abranger teorias funcionais alternativas, quando foi imperiosa a necessidade de mobilizar outras propriedades pragmáticas e semânticas para contemplar adequadamente o domínio da subordinação nas variedades do português.

Algumas tendências gerais, já esperadas, se confirmaram no conjunto dos trabalhos aqui publicados. Como todos tratam de relações gramaticalmente¹ complexas de verbos e nomes com complementos, de nomes e verbos com modificadores, não foi possível detectar diferenças significativas entre as variedades do português investigadas.

Outra tendência relevante é a natureza relativamente abrangente da palavra gramatical “que” como conector. Essa afirmação parece um truísmo, se consideradas apenas as relações de complemento. No entanto, tem sua relevância assegurada quando aplicada à análise das orações tradicionalmente consideradas “adjetivas”, aqui tratadas mais como outro tipo de complementação nominal do que realmente de modificação.

Já é amplamente reconhecida a dimensão completiva das chamadas relativas livres ou não nucleares. No entanto, a tendência do falante do português de desprever de preposição as orações que relativizam as categorias semânticas de tempo, lugar, modo, razão e quantidade dá a elas uma organização formal de completivas, introduzidas, inclusive, por uma verdadeira conjunção, não por um pronome relativo. Embora seja essa categoria de conector a que introduz as orações que relativizam sujeito e objeto, a função que elas exercem de modificador nominal típico garante-lhes ainda uma análise de subordinação relativa.

São propriedades funcionais como essas que contornam, nos textos aqui publicados, a possibilidade de um viés puramente formal. Costuma-se atribuir às orações completivas de sujeito e de objeto um tratamento mais estrutural do que funcional, mas a caracterização delas neste volume é tributária de uma perspectiva funcional: a unidade semântica que representam é determinada, em grande medida, pelas propriedades semânticas do predicado da matriz.

1 Lembrando o que significa “gramaticalmente” aqui, quando me reporto à GDF: uma gramática em que interagem os níveis interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico.

Nesse caso, o principal fenômeno de análise repousa não no produto, na codificação da completiva em si, o que lhe emprestaria uma descrição meramente estrutural, mas no processo de formulação que preside a escolha do predicado da oração principal. São as propriedades semânticas dele que, em grande parte, permitem estabelecer correlações claramente definidas entre o processo de formulação e o de codificação morfossintática das completivas, em termos de (in)finitude e de expressão (ou não) de participantes.

Para a subordinação argumental, denominada tradicionalmente “completiva nominal”, também está na natureza semântica do predicado da matriz a motivação mais relevante para a seleção do tipo morfossintático de complemento oracional em termos de finitude. Além disso, complementos finitos excluem a expressão da preposição requerida pelas gramáticas normativas, o que põe as completivas numa relação de paralelismo com a outra subordinada de sintagma, a relativa. Paralelismos dessa natureza se assentam em tendências irreversíveis da gramática do português em processo provável de mudança.

Curiosamente, no entanto, as ocorrências de outro tipo de subordinada de oração, tradicionalmente denominada “completiva predicativa”, configuram-se todas como construções de identificação, o que permite representar dois modos alternativos de ver a mesma entidade, dois modos alternativos de evocar o mesmo subato referencial. Esse comportamento permitiu deduzir que, de modo diferente das completivas subjetivas e completivas, a dependência morfossintática não implica dependência semântica ou pragmática.

Outras relações de subordinação de oração que exercem função modificadora são as que a gramática tradicional denomina adverbiais. Repassando os capítulos do volume, que tratam das relações adverbiais propósito, causa, concessão, o ganho principal está na complexidade semântica que emana da descrição de cada tipo de oração, quando considerada com base nos diferentes níveis e camadas que identificam a arquitetura da GDF.

Essa complexidade se apresenta, formalmente, como diferentes padrões de estruturação, o que se dá de maneira explícita com a

relação propósito, ou como diferentes subtipos semânticos e pragmáticos, que sobressaem do que é tradicionalmente considerado oração de causa, cuja comprovação é evidenciada nos diferentes tipos de codificação morfossintática ou fonológica. Uma relação como concessão ganha um novo contorno, em comparação ao que informa a tradição gramatical, um novo perfil. Se, por um lado, esse tipo de oração se define em relação aos níveis interpessoal e representacional, o que lhes confere um valor pragmático e um valor semântico, ele se define, por outro, em relação às camadas mais altas de cada nível. Além de traçar o perfil da relação de subordinação modificadora nesses termos, os resultados comprovam o acerto de um arcabouço teórico, ao mesmo tempo estrutural e funcional, organizado em níveis e camadas.

Outro ganho está no tratamento de orações aparentemente causais, concessivas e condicionais sem sua principal, algo como três personagens em busca de um autor. São formalmente introduzidas por conectores que representam causa, concessão e condição, mas, como não estabelecem nenhuma relação de dependência semântica e morfossintática com uma provável principal e sem dúvida esperada, segundo os cânones da gramática tradicional, as funções que acabam por exercer são exclusivamente pragmáticas, como as de monitoramento da interação e as de organização do discurso.

Outro aspecto inovador que representa este volume está na comprovação empírica de tipos gerais de relações. De início, os trabalhos enfileirados neste volume comprovam relações de dependência entre o predicado e seus argumentos (núcleo-dependente) e relações de dependência entre o núcleo e o modificador (núcleo-modificador). Em segundo lugar, as relações que definem as unidades de uma expressão linguística são identificadas como coordenação, equiordenação, cossubordinação e subordinação, o que afasta em definitivo a descrição desenvolvida de análises tradicionais. Essas categorias atuam como que participantes de uma escala progressiva de grau de encaixamento.

A coordenação ficou fora do escopo deste volume, mas as unidades de uma expressão linguística se definem como coordenadas

entre si quando não há relação de constituição entre elas, mas de independência. As relações contraídas no nível morfossintático permitiram comprovar que há equiordenação quando o nexos entre as unidades de uma expressão linguística (orações ou sintagmas) pode defini-las como dependência mútua, mesmo que nenhuma seja constituinte da outra. Os casos de cossubordinação que ocorreram comprovam uma dependência de mão única entre as unidades: a ocorrência de uma oração depende da ocorrência da outra, mesmo não sendo dela constituinte, mas uma das duas pode manifestar-se de maneira independente da outra. Outras situações verificadas na amostra, em que uma oração pode ocorrer como constituinte de outra, comprovaram, por fim, a relação de subordinação.

Parece desnecessário afirmar, a propósito dessa complexidade categorial, que a visão tradicional de gramática só define dois tipos de relação, a coordenação e a subordinação. É interessante ressaltar, sobre o mesmo assunto, que, no próprio âmbito do que se define tradicionalmente como “oração adjetiva”, identificou-se, na relativa não restritiva, um caso morfossintático de cossubordinação e, na relativa restritiva, casos morfossintáticos que identificam relações semânticas núcleo-modificador (subordinação modificadora) e relações semânticas núcleo-argumento (subordinação completiva).

Isso basta para fornecer uma evidência do alcance dessa categorização das relações complexas. Basta também para mostrar que, neste fechamento para balanço, o saldo foi realmente muito positivo. Por ora, cabe dizer que o grande avalista desse balanço é o leitor, a quem cabe também o papel de auditor nesta metáfora contabilista que escolhi para conduzir estas “considerações finais”. É verdade também que nenhuma contabilidade é capaz de avaliar qualitativamente os resultados do trabalho científico, que se empenha, quando muito, em produzir análises alternativas, num processo ininterrupto de enriquecimento que é a grande mola propulsora de qualquer área de pesquisa.